



BRDE
BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO
DO EXTREMO SUL



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2º SEMESTRE DE 2020



MENSAGEM DA DIRETORIA

A Diretoria do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, em cumprimento às determinações legais e regimentais, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O BRDE é uma instituição financeira pública pertencente aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, operando na Região Sul do Brasil desde 1961, com a missão de promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social de toda a região de atuação, apoiando as iniciativas governamentais e privadas, através do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de longo prazo.

Em 2020, o mundo se deparou com a pandemia da covid-19 e suas adversidades jamais vistas no último século, passando pela perda de vidas, desemprego e prejuízos econômicos elevados. Na Região Sul do Brasil não foi diferente e o BRDE, com o intuito de minimizar, em parte, os efeitos da pandemia, agiu rapidamente na operacionalização de três importantes eixos de atuação: o trabalho remoto dos seus funcionários, o Programa Recupera Sul e a postergação do pagamento das parcelas de seus clientes.

Além dessas ações, o BRDE seguiu trabalhando nas suas estratégias de longo prazo, tais como: a diversificação das fontes de recursos; a intensificação dos Programas Produção e Consumo Sustentáveis (PCS), BRDE Municípios, BRDE Inova e BRDE Protur; o avanço na implantação do Projeto 6.0 e a adoção das melhores práticas de Responsabilidade Socioambiental, entre outras presentes no seu Planejamento Estratégico.

O empenho do BRDE nessas diversas frentes de trabalho proporcionou resultados operacionais e financeiros acima daqueles estimados em meio à pandemia, demonstrando a capacidade de resiliência do Banco em época de crise econômica.

Cabe destacarmos com mais detalhes as ações que promoveram esse desempenho do Banco em 2020:

Plano de Contingência

Com o advento da pandemia em março, o BRDE estabeleceu um Comitê Gestor para acompanhar diariamente o tema e reportar periodicamente à Diretoria. Em paralelo, foi criado um Plano de Contingência seguindo as diretrizes estipuladas pelos estados-controladores e pelas administrações dos municípios onde o BRDE possui unidades. O Plano estabeleceu ações para proteger seus colaboradores e manter a continuidade das operações, priorizando o trabalho remoto (*home office*) para os funcionários.

A área de tecnologia do Banco realizou, em curto espaço de tempo, diversas atividades para viabilizar o teletrabalho da maioria dos funcionários, incluindo o aumento da capacidade dos links de internet do BRDE, criação de um time para monitoramento e incrementos de segurança nos mesmos links, implantações de



sistemas prioritários que proporcionam o trabalho remoto e as medidas de crédito ligadas ao período de pandemia, como as prorrogações de exigibilidades nos contratos de financiamento, renegociações de contratos e novas implementações no sistema de contratos.

Muitas dessas melhorias nos sistemas e fluxos operacionais do BRDE já constavam no Projeto BRDE 6.0, cuja conclusão está prevista para 2021, ano em que o BRDE comemora seus 60 anos. No entanto, dada a urgência do momento, algumas ações foram antecipadas para 2020. Lançado em 2019, este projeto reúne, de forma coordenada, iniciativas voltadas à modernização dos processos de concessão de crédito e de aproximação do Banco com seus clientes.

De forma concomitante, o Banco providenciou nas suas dependências os Equipamentos de Proteção Individual (álcool gel e máscara) e a modificação das estações de trabalho de modo a obedecer ao distanciamento físico entre colegas, diminuindo o risco de contágio para os funcionários que exercem atividades necessariamente presenciais.

BRDE Recupera Sul

O Programa de Crédito Emergencial - BRDE Recupera Sul - foi lançado em março para recuperação da economia da Região Sul, através do apoio às empresas, principalmente as micro, pequenas e médias, e os microempreendedores individuais afetados direta ou indiretamente pela pandemia. Os recursos foram direcionados para capital de giro e microcrédito, disponibilizados também por intermédio das instituições parceiras que possuem convênios operacionais com o BRDE, obtendo maior capilaridade em sua distribuição.

Para efetivar o programa, o BRDE utilizou seus próprios recursos e novos limites concedidos pelos provedores de *funding* parceiros. Em paralelo, o Recupera Sul implantou novos procedimentos para agilizar e simplificar a aprovação e a contratação das operações, como enquadramento automático, simplificação do relatório de análise de crédito, maior agilidade na aprovação das operações e ampliação e flexibilização da utilização do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).

Os recursos repassados, na forma de capital de giro e microcrédito, totalizaram R\$ 518,8 milhões, atendendo 1.645 empresas, principalmente pequenos empreendedores, e auxiliando na manutenção de empregos na Região Sul.

Prorrogação dos pagamentos das operações em carteira

O distanciamento social impôs dificuldades para o andamento das atividades de muitos clientes do BRDE. Para amenizar esses prejuízos, o Banco disponibilizou a prorrogação dos pagamentos das operações de crédito em carteira, efetuadas com recursos do BRDE. O Banco também aderiu às prorrogações (*standstill*) das instituições financeiras parceiras, contemplando todas as operações que possuíam enquadramento.

Essa iniciativa foi viabilizada pelo desenvolvimento e implantação da ferramenta de adesão às prorrogações no Internet Banking, o que possibilitou maior agilidade e facilidade para os clientes. Ao todo, foram firmados 2.513 contratos que somaram R\$ 3,2 bilhões em operações de crédito postergadas.

Diversificação de recursos

Continuando as negociações com instituições internacionais, o BRDE e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) firmaram o segundo contrato de crédito, de 70 milhões de euros, em agosto de 2020. A primeira operação, no valor de 50 milhões de euros, realizada em 2018, foi integralmente utilizada em projetos com impactos positivos sobre o meio ambiente e o clima. Além desses projetos sustentáveis, os novos recursos também serão destinados aos projetos alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pelas Nações Unidas na Agenda 2030, em especial em áreas como saúde, educação e patrimônio cultural.

O Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) também se tornou fonte de recursos do BRDE em 2020. Os bancos firmaram o contrato que estabelece uma linha de crédito rotativa de 70 milhões de dólares para financiar empreendimentos que contribuam para a retomada do desenvolvimento sustentável na Região Sul do Brasil. Esta é a primeira parceria estabelecida entre as duas instituições financeiras.

Desempenho Operacional

O BRDE aumentou sua disponibilidade de recursos próprios para novas operações e expandiu seus limites com provedores parceiros como o BNDES nas suas diversas modalidades, a Finep para projetos de inovação, o FUNGETUR para o segmento de turismo, o FGTS, operacionalizados pela Caixa Econômica Federal para financiamento de projetos de infraestrutura, públicos e privados, o FCO para o agronegócio do Mato Grosso do Sul e o FUNCAFÉ destinados ao setor cafeeiro. Esses recursos adicionais possibilitaram um incremento real de 28,5% nas contratações realizadas em relação à 2019, totalizando 4.375 novas operações de crédito num valor total de R\$ 3,3 bilhões.

As operações contratadas pelo BRDE no ano possibilitaram a manutenção e criação de mais de 35 mil postos de trabalho e um incremento na arrecadação de ICMS para a Região Sul estimado em R\$ 226,9 milhões/ano. Cabe ressaltar que esse adicional de ICMS não considera certas atividades do agronegócio, como produtor rural e cooperativas, sem incidência deste imposto. Esses resultados, em um momento de extrema dificuldade como o vivenciado em 2020, evidenciam o comprometimento do BRDE com a sua missão de promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social de toda a sua região de atuação.

DESTAQUES OPERACIONAIS

ESPECIFICAÇÃO	Nº OPERAÇÕES	Em R\$ mil
		VALOR
OPERAÇÕES APROVADAS	5.375	3.582.674
OPERAÇÕES CONTRATADAS	4.375	3.315.469
<ul style="list-style-type: none"> • Agropecuária • Indústria • Infraestrutura • Comércio e Serviços 	<ul style="list-style-type: none"> 2.051 508 390 1.426 	<ul style="list-style-type: none"> 547.516 739.242 766.507 1.262.204
RECURSOS LIBERADOS	-	2.665.265

No que tange às fontes de recursos para financiar os projetos, o BRDE seguiu avançando na estratégia de diversificação de *funding*. O Sistema BNDES, que representava 94% do total contratado em 2017, 72,0% em 2018, e 62,3% em 2019, correspondeu a 57,6% em 2020. A redução da participação do BNDES nesse ano é ainda mais significativa quando considerado o expressivo aumento do montante total contratado pelo BRDE em 2020.

Mesmo com a diminuição da participação do Sistema BNDES no rol de seus *fundings*, o BRDE ainda tem posição de destaque entre os repassadores desses recursos. Dentre as instituições financeiras credenciadas a operar com recursos do Sistema BNDES, o BRDE ocupou a 9ª colocação nos desembolsos nacionais e a 4ª posição nos desembolsos realizados na Região Sul. Ainda com atuação regional, o BRDE foi o principal repassador nacional do Programa Agrícola Prodecoop (para desenvolvimento de cooperativas), das operações via Canais Digitais para o Setor Público e do Pronaf Investimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (modalidade investimento para pessoa jurídica), além da destacada atuação no Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA).

Nesse ano, é importante salientar as operações realizadas com recursos próprios do BRDE, que totalizaram R\$ 650,9 milhões, correspondendo a um aumento de 75,0% em relação a 2019. A utilização de recursos próprios representou 19,6% das operações contratadas em 2020, sendo proporcionada pelos resultados positivos acumulados nos últimos anos e pela adequada gestão da liquidez. Esse montante foi operacionalizado, principalmente, através do Programa BRDE Recupera Sul, para prover, em caráter emergencial, capital de giro para as empresas da Região Sul afetadas pela pandemia de covid-19.

A disponibilidade de recursos internacionais, por meio das operações estruturadas junto à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e ao Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), se mostrou ainda mais significativa em 2020, respondendo por 9,3% das contratações, somando R\$ 308,4 milhões, aumento de 93,6% em relação ao ano anterior.

Destaques Financeiros

No que tange ao desempenho financeiro, o BRDE encerrou o ano com um resultado líquido de R\$ 199,3 milhões, o que representa uma redução de 28,3% em relação a 2019. No entanto, a partir das revisões do Plano Operacional ao longo do ano, o desempenho superou bastante as expectativas mais otimistas de setembro, que eram de R\$ 121,0 milhões.

O ativo total alcançou o valor de R\$ 16,6 bilhões, dos quais R\$ 13,2 bilhões referem-se a operações de crédito (líquidas de provisões); R\$ 2,8 bilhões dizem respeito as disponibilidades e títulos e valores mobiliários; R\$ 147,7 milhões referem-se a recursos do FSA; R\$ 484,6 milhões a outros créditos; e R\$ 56,4 milhões representa os demais ativos da instituição. Por outro lado, as obrigações somaram R\$ 13,5 bilhões e o patrimônio líquido totalizou R\$ 3,1 bilhões.

O saldo da carteira de financiamentos por setor de atividade do projeto estava distribuído da seguinte forma ao final de 2020: a agropecuária respondia por 27,4%; comércio e serviços, 26,3%; a indústria por 22,7%; enquanto o setor de infraestrutura representava 23,6% do total.

Ao final do exercício, o BRDE possuía 33,3 mil clientes ativos, cujos empreendimentos financiados estavam localizados em 1.088 municípios, correspondendo a 91,4% dos municípios da Região Sul. A carteira de financiamentos do Banco era composta por 34.538 operações ativas de crédito de longo prazo, com saldo médio de R\$ 393,2 mil.

O índice de inadimplência, a partir de 90 dias, atingiu novo mínimo histórico, atingindo 0,32% em dezembro. O percentual é consideravelmente inferior ao do conjunto de bancos públicos, que atingiu 1,95%, do SFN, 2,12%, e também dos bancos privados, 2,26%.

Os valores de receita resultantes da recuperação de créditos baixados em prejuízo em 2020 alcançaram R\$ 141,3 milhões, incluindo a recuperação por renegociação e recuperação efetiva, representando crescimento de 7,8% em relação a 2019.

Apesar de crescimento nas despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa, que somaram R\$ 90,8 milhões no final do exercício de 2020, incremento de 65,2% em comparação com 2019, o percentual de provisionamento da carteira do BRDE, que atingiu 2,73% em dezembro, continua em patamares inferiores aos apresentados por bancos públicos (5,70%) e para o conjunto do SFN (6,30%).

A estiagem ocorrida na Região Sul no início de 2020 motivou a publicação de normativos pelo Conselho Monetário Nacional que possibilitaram a prorrogação do crédito rural de produtores localizados em municípios afetados, nos quais tenha sido decretado situação de emergência ou estado de calamidade pública em razão da seca. O BRDE concedeu a postergação de pagamento para 556 operações, que totalizaram saldo devedor de R\$ R\$ 99,6 milhões.

Destaques Institucionais

BRDE Inova

O Programa BRDE INOVA é o instrumento criado para abarcar todas formas de apoio à inovação disponibilizadas pelo Banco: financiamentos, aporte de capital via Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e aceleração de empresas. Considerando este ano de dificuldades e incertezas, muitos projetos foram postergados, mas ainda assim foram financiados R\$ 88,7 milhões para empresas inovadoras. Pelo eixo de aceleração de startups, o BRDE Labs obteve significativo avanço em 2020, cumprindo as etapas previstas.

No Paraná, o BRDE Labs contou com a parceria da Hotmilk, aceleradora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), e apoio de cooperativas agroindustriais paranaenses. O projeto tem como objetivo oferecer apoio e capacitação às *startups* que desenvolvem soluções para diversas áreas. O programa foi realizado em 2 fases independentes, de acordo com o estágio de maturidade das *startups* inscritas. Na primeira fase (*Product Lab*), o programa contou com a inscrição de 179 *startups* de todo o país. Após variadas etapas avaliativas, 10 foram selecionadas, com destaque para as soluções tecnológicas para o agronegócio. A segunda fase do programa (*Business Lab*) recebeu a inscrição de 159 empresas, que foram avaliadas pelo comitê composto por representantes das cooperativas parceiras, do BRDE e da Hotmilk. Após as rodadas de negócios com as 20 *startups* mais bem avaliadas, foram selecionadas as 10 *startups* participantes da aceleração.

No Rio Grande do Sul, o BRDE Labs foi lançado em maio, contando com a parceria da aceleradora Ventiur e dos parques tecnológicos das três universidades que fazem parte da Aliança para a Inovação: UFRGS, PUC e Unisinos. O Programa recebeu inscrições de 188 *startups*, das quais 30 foram selecionadas para a etapa de pré-aceleração e 12 foram escolhidas para a etapa de aceleração. O processo de aceleração conduzido pela Ventiur, teve duração de quatro meses (agosto a novembro), e partiu da premissa de que os empreendedores são os principais protagonistas e responsáveis pelo sucesso de seus negócios. Desta forma, o programa priorizou atividades de capacitação e mentorias, além de conexões para a geração de negócios. Em novembro ocorreu o *Demoday*, evento de fechamento do processo de aceleração, em que foram apresentadas as *startups* de melhor desempenho ao longo do programa para a banca de possíveis investidores e parceiros de negócios.

Fundos Garantidores

O BRDE apoiou a formação de dois Fundos Garantidores com o objetivo de melhorar o acesso ao crédito. O Fundo Garantidor ACATE (FGA) conta com a parceria da Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE), das Sociedades Garantidoras de Crédito GaranteNorte-SC, GaranteOeste-SC e do SEBRAE/SC. O FGA é direcionado às empresas de pequeno e médio porte de base tecnológica, facilitando o acesso a linhas para capital de giro e investimento.



O BRDE também celebrou convênio de cooperação técnica e financeira com o Fundo de Aval Garantidor das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná (FAG/PR). O Fundo é um instrumento facilitador da concessão de crédito, por meio de disponibilização de recursos financeiros para complementar as garantias das microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas no Estado do Paraná.

Gerenciamento de Riscos

O BRDE, em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 4.557/2017 e de regulamentação complementar, possui estrutura de gerenciamento de riscos segregada das demais unidades de negócio. A Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* (SURIS) é a responsável pela elaboração e revisão das políticas e dos relatórios de gerenciamento de riscos, sendo as suas aprovações de responsabilidade do Conselho de Administração, após apreciação da Diretoria, que o faz com base nas recomendações dos Comitês de Risco e de Gestão. O relatório que define a estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco (www.brde.com.br).

Emissão de títulos

Como parte da estratégia de diversificação de *funding*, a Diretoria do BRDE aprovou, em dezembro de 2020, o projeto-piloto de captação de recursos no mercado interno. O projeto é baseado na emissão de Recibos de Depósito Bancário (RDBs) em quantidades e valores ainda limitados. O principal objetivo ligado a essas emissões é o de permitir que o BRDE percorra o ciclo completo de captação com alguns poucos investidores, a fim de desenvolver os processos internos e implementar os sistemas necessários à nova atividade.

Agradecimentos

O BRDE conseguiu proporcionar aos empreendedores da Região Sul mecanismos para a superação dos prejuízos advindos da pandemia, seja pela maior disponibilidade de crédito para capital de giro de maneira ágil, seja pela postergação do pagamento das parcelas de operações em andamento. Por outro lado, manteve seus esforços para apoiar, de forma financeira e técnica, projetos de investimentos sustentáveis e inovadores de empresas, produtores rurais e municípios. O desempenho operacional e financeiro demonstrou o sucesso dessas estratégias.

Porém, esses resultados não seriam possíveis sem o relacionamento existente com diferentes elos da sociedade. Nesse contexto, a Diretoria agradece aos clientes pela decisão de contar com o apoio oferecido pelo BRDE, aos repassadores de recursos pela contínua e crescente parceria no processo de desenvolvimento, aos Governos dos Estados-Controladores e aos demais parceiros pela confiança depositada, e agradece, ainda, aos funcionários, reafirmando seu reconhecimento pela colaboração recebida.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2020.

ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	5	583.436	587.863	Instrumentos financeiros	10.1	12.414.358	13.063.036
Instrumentos financeiros		15.851.873	16.000.904	Obrigações por empréstimos no exterior		65.448	-
Títulos e valores mobiliários e derivativos	6	2.242.751	2.477.195	Obrigações por repasses do país		12.032.528	12.925.987
Operações de crédito	7	13.575.737	13.497.209	Obrigações por repasses do exterior		316.382	137.049
Devedores por compra de valores e bens	7	30.542	23.709	Outras obrigações		660.175	398.311
Avais e fianças honrados	7	2.843	2.791	Fundos financeiros e de desenvolvimento		493.078	329.102
(-) Provisões por perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.2	(358.077)	(316.991)	Impostos e contribuições sobre o lucro		130.141	23.885
Outros ativos		196.468	206.256	Outros impostos e contribuições		8.928	8.725
Rendas a receber		7.578	7.942	Outras obrigações		28.028	36.599
Devedores por depósitos em garantia		91.330	104.450	Provisões		145.104	160.816
Outros créditos	8	31.606	28.721	Provisão para contingências	12	103.616	114.054
Bens não destinados ao uso		66.786	71.840	Provisão para garantias financeiras prestadas	11	16.047	23.810
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de bens não destinados ao uso		(832)	(6.697)	Provisão para pagamentos a efetuar		25.441	22.952
Créditos tributários	14.2	321.862	339.795	Passivo atuarial	20	263.348	263.329
Investimentos		602	602	Obrigações fiscais diferidas	14.2	66.487	93.127
Imobilizado	9	40.131	38.680	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		2.628	6.176
Imobilizado de uso		68.288	66.485	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	3.099.861	2.887.003
(-) Depreciação acumulada		(28.157)	(27.805)	Capital social		1.518.579	1.343.193
Intangível	9	15.666	14.689	Reservas de capital		1.720.353	1.696.433
Ativos intangíveis		40.124	35.083	Outros resultados abrangentes		(139.071)	(152.623)
(-) Amortização acumulada		(24.458)	(20.394)				
TOTAL DO ATIVO		16.651.961	16.871.798	TOTAL DO PASSIVO		16.651.961	16.871.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2º semestre		Exercício	
		2020	2019	2020	2019
Receitas de intermediação financeira		680.414	691.983	1.371.698	1.345.250
Operações de crédito	7.8	637.509	600.383	1.274.186	1.146.183
Resultado com títulos e valores mobiliários		42.905	91.600	97.512	199.067
Despesas de intermediação financeira		(320.011)	(336.049)	(759.777)	(686.570)
Operações com empréstimos e repasses	10.2	(295.917)	(304.904)	(661.164)	(629.296)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(24.094)	(31.145)	(98.613)	(57.274)
Resultado da intermediação financeira		360.403	355.934	611.921	658.680
Outras receitas operacionais		34.037	36.355	67.310	77.964
Receitas de prestação de serviços	15	21.415	21.406	36.561	38.885
Outras receitas operacionais	16	12.622	14.949	30.749	39.079
Despesas operacionais		(165.075)	(148.096)	(293.309)	(279.334)
Despesa com pessoal	17	(105.941)	(86.108)	(189.552)	(165.678)
Outras despesas administrativas	18	(29.157)	(27.794)	(49.813)	(50.509)
Despesas tributárias	14.3	(16.961)	(16.658)	(32.631)	(32.897)
Outras despesas operacionais		(13.016)	(17.536)	(21.313)	(30.250)
Despesas com provisões		(7.283)	(13.963)	(13.760)	(34.978)
Trabalhistas		(5.373)	(4.701)	(9.470)	(23.475)
Cíveis e fiscais		(1.346)	(7.565)	(3.702)	(9.093)
Garantias financeiras prestadas		(564)	(1.697)	(588)	(2.410)
Resultado operacional		222.082	230.230	372.162	422.332
Outras receitas e despesas		(2.159)	2.038	(2.183)	6.058
Resultado antes dos tributos e participações		219.923	232.268	369.979	428.390
Impostos sobre o lucro		(97.420)	(58.488)	(158.409)	(137.145)
Corrente		(93.605)	(5.275)	(166.701)	(59.388)
Diferido		(3.815)	(53.213)	8.292	(77.757)
Participações no lucro		(6.282)	(5.398)	(12.264)	(13.281)
RESULTADO LÍQUIDO		116.221	168.382	199.306	277.964
Resultado líquido por ação (lotes de 1000 ações)		0,08	0,13	0,13	0,21

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	2º semestre		Exercício	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do período	116.221	168.382	199.306	277.964
Itens que podem ser reclassificados para o resultado				
Ativos financeiros disponíveis para venda	368	600	49	790
Variação do valor de mercado	669	648	89	964
Efeito tributário	(301)	(48)	(40)	(174)
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado				
Benefício pós-emprego	14.630	(67.509)	13.503	(68.078)
Variação do passivo atuarial	13.048	(74.286)	13.048	(74.286)
Efeito tributário	1.582	6.777	455	6.208
Total dos outros resultados abrangentes	14.998	(66.909)	13.552	(67.288)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	131.219	101.473	212.858	210.676

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de reais

	Capital social		Reservas de capital		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Aumento de Capital	Fundo Regimental	Outros			
Saldos em 01/07/2019	1.270.593		1.599.942	709	(85.713)		2.785.531
Ajustes de títulos disponíveis para venda					600		600
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego					(67.510)		(67.510)
Aumento de capital		72.600	(72.600)				-
Lucro líquido do semestre						168.382	168.382
Constituição de reservas			168.382			(168.382)	-
Saldos em 31/12/2019	1.270.593	72.600	1.695.724	709	(152.623)	-	2.887.003
Saldos em 01/07/2020	1.466.793	-	1.655.209	709	(154.069)		2.968.642
Ajustes de títulos disponíveis para venda					368		368
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego					14.630		14.630
Aumento de capital	51.786		(51.786)				-
Lucro líquido do semestre						116.221	116.221
Constituição de reservas			116.221			(116.221)	-
Saldos em 31/12/2020	1.518.579	-	1.719.644	709	(139.071)	-	3.099.861
Saldos em 01/01/2019	1.174.413		1.586.540	709	(85.334)		2.676.328
Ajustes de títulos disponíveis para venda					789		789
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego					(68.078)		(68.078)
Aumento de capital	96.180	72.600	(168.780)				-
Lucro líquido do exercício						277.964	277.964
Constituição de reservas			277.964			(277.964)	-
Saldos em 31/12/2019	1.270.593	72.600	1.695.724	709	(152.623)	-	2.887.003
Saldos em 01/01/2020	1.270.593	72.600	1.695.724	709	(152.623)		2.887.003
Ajustes de títulos disponíveis para venda					49		49
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego					13.503		13.503
Aumento de capital	247.986	(72.600)	(175.386)				-
Lucro líquido do exercício						199.306	199.306
Constituição de reservas			199.306			(199.306)	-
Saldos em 31/12/2020	1.518.579	-	1.719.644	709	(139.071)	-	3.099.861

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	2º Semestre		Exercício	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período ajustado	260.268	350.462	412.593	517.938
Lucro líquido do período	116.221	168.382	199.306	277.964
Ajuste por:				
Depreciação e amortização	3.097	3.876	6.269	7.717
(Ganhos) / Perdas de capital	-	(29)	-	(33)
Alienação de investimentos	-	-	-	1.100
Ajuste a valor de mercado – ativos e passivos	(568)	-	(568)	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	24.094	31.145	98.613	57.273
Provisão para garantias financeiras prestadas	(3.555)	(2.709)	(7.763)	(5.423)
Provisão para contingências	714	3.740	4.206	6.026
Provisão atuarial, líquido de reversões	116.450	92.844	118.869	95.557
Provisão para perdas esperadas de outros ativos	-	-	1.953	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.815	53.213	(8.292)	77.757
Redução / (aumento) de ativos operacionais	21.877	(241.460)	100.408	67.578
Títulos e valores mobiliários	208.856	(48.674)	235.018	198.591
Operações de crédito	(170.855)	(150.740)	(127.029)	(108.116)
Outros instrumentos financeiros	(5.859)	2.241	(15.912)	(9.625)
Outros créditos	(8.984)	(19.092)	7.835	11.229
Créditos tributários	(1.281)	(25.195)	496	(24.501)
Aumento / (redução) de passivos operacionais	(165.433)	(230.002)	(508.730)	(752.441)
Instrumentos financeiros	(219.964)	(69.020)	(648.683)	(245.544)
Outras obrigações	177.404	(72.749)	428.565	(315.367)
Provisões	(1.617)	(13.264)	(12.155)	(15.975)
Passivo atuarial e obrigações fiscais diferidas	(114.943)	5.988	(119.761)	1.135
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.930)	(13.944)	(166.701)	(108.397)
Resultado de exercícios futuros	(922)	(104)	(3.548)	(1.005)
Ajustes de avaliação patrimonial	14.999	(66.909)	13.553	(67.288)
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades operacionais	116.712	(121.000)	4.271	(166.925)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação no intangível	(3.871)	(2.564)	(5.020)	(13.324)
Aquisição de imobilizado de uso	(2.856)	(496)	(3.722)	(1.055)
Alienação de imobilizado de uso	39	181	44	327
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades de investimento	(6.688)	(2.879)	(8.698)	(14.052)
Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa	110.024	(123.879)	(4.427)	(180.977)
Modificação na posição financeira				
Saldo de caixa e equivalente de caixa no início do período	473.412	711.742	587.863	768.840
Saldo de caixa e equivalente de caixa no fim do período	583.436	587.863	583.436	587.863
Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa	110.024	(123.879)	(4.427)	(180.977)

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	2º Semestre		Exercício	
	2020	2019 reapresentação	2020	2019 reapresentação
Receitas	693.254	698.752	1.352.944	1.371.457
Intermediação financeira	680.414	691.982	1.371.697	1.345.249
Prestação de serviços	21.415	16.988	36.561	32.239
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(24.094)	(31.145)	(98.613)	(57.274)
Provisão para garantias financeiras prestadas	3.555	2.709	7.763	5.424
Outras	11.964	18.218	35.536	45.819
Despesas	300.265	304.904	666.815	629.296
Despesas de intermediação financeira	295.917	304.904	661.164	629.296
Outras	4.348	-	5.651	-
Insumos adquiridos de terceiros	46.445	54.234	86.303	106.092
Materiais, energia e outros	42.675	50.634	78.632	98.702
Serviços de terceiros	3.770	3.600	7.671	7.390
Valor adicionado bruto	346.544	339.614	599.826	636.069
Depreciação e amortização	3.097	3.876	6.269	7.717
Valor adicionado total a distribuir	343.447	335.738	593.557	628.352
Distribuição do valor adicionado	343.447	335.738	593.557	628.352
Pessoal	91.928	72.500	162.128	139.909
Remuneração direta	54.917	55.234	107.320	104.504
Benefícios	32.819	13.151	46.587	27.233
FGTS	4.192	4.115	8.221	8.172
Impostos, taxas e contribuições	128.393	88.755	218.464	195.812
Federais	127.265	87.670	216.256	193.672
Estaduais	7	10	49	47
Municipais	1.121	1.075	2.159	2.093
Remuneração de capitais de terceiros	623	703	1.395	1.386
Aluguéis	623	703	1.395	1.386
Remuneração de capitais próprios	122.503	173.780	211.570	291.245
Participação no resultado	6.282	5.398	12.264	13.281
Lucros retidos no período	116.221	168.382	199.306	277.964

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ("BRDE") é uma instituição financeira pública de capital fechado constituída sob a forma de convênio celebrado entre seus estados controladores: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Como instituição financeira propulsora do desenvolvimento regional, o BRDE tem como finalidade promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, através do planejamento e do apoio técnico e creditício de longo prazo, tendo como principais atividades:

- I. Empréstimos e financiamentos;
- II. Prestação de garantias;
- III. Investimentos;
- IV. Prestação de serviços;
- V. Convênios de qualquer natureza;
- VI. Outras modalidades compatíveis com a natureza da instituição e autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Sujeita-se, por ter personalidade jurídica de direito privado, às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere às obrigações trabalhistas, tributárias, cíveis e comerciais definidas no ordenamento jurídico e como instituição financeira sujeita às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BRDE tem sua sede localizada na rua Uruguai, 155, Centro, Porto Alegre – RS, e possui 1 agência operacional em cada capital dos estados controladores: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Aprovação e moeda funcional das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o Real (R\$) e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

Estas demonstrações financeiras, após apreciação do Comitê de Auditoria e da Diretoria, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 25 de março de 2021.

2.2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as regulamentações do BACEN e do CMN, e com base nas disposições da Lei das Sociedades por ações, desde que não sejam conflitantes com as regulamentações emanadas pelos órgãos reguladores.

A apresentação das demonstrações está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que foram recepcionados pelos órgãos reguladores.

O Balanço Patrimonial está apresentado por ordem de liquidez e de exigibilidade, para as contas do ativo e do passivo, respectivamente, conforme prerrogativa prevista no art. 23 da Resolução BACEN nº 2/2020, sendo a segregação dos valores em curto e longo prazo apresentada na nota 4.

Com a adoção da prerrogativa mencionada no parágrafo anterior e novos agrupamentos de rubricas contábeis previstos na referida Resolução, o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração do fluxo de caixa publicados em 31.12.2019 foram reclassificadas.

A seguir apresentamos tabela com as reclassificações efetuadas de nomenclatura e/ ou saldos.

De/ Para:	Conta	31/12/2019 Publicado	Valor Reclassificado	31/12/2019 Reapresentação
BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO				
De:	Títulos e valores mobiliários	3.065.033	(587.838)	2.477.195
Para:	Disponibilidades	25	587.838	587.863
De:	Provisão para operações de crédito	(316.526)	316.526	-
De:	Provisão para outros créditos	(465)	465	-
Para:	Provisões por perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(316.991)	(316.991)
De:	Diversos	496.628	(496.628)	-
Para:	Devedores por compra de bens e valores	-	23.709	23.709
	Devedores por depósitos em garantia	-	104.450	104.450
	Créditos tributários	-	339.795	339.795
	Outros créditos	-	28.674	28.674
De:	Outros valores e bens	71.887	(71.887)	-
Para:	Bens não destinados ao uso	-	71.840	71.840
	Outros créditos	-	47	47
De:	Provisão para desvalorização	(6.697)	6.697	-
Para:	Provisão para redução ao valor recuperável de bens não destinados ao uso	-	(6.697)	(6.697)
De:	Imóveis em uso	44.148	(44.148)	-
De:	Outras imobilizações de uso	22.337	(22.337)	-
Para:	Imobilizado de uso	-	66.485	66.485
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO				
De:	Fiscais e previdenciárias	125.737	(125.737)	-
Para:	Impostos e contribuições sobre o lucro	-	23.885	23.885
	Outros impostos e contribuições	-	8.725	8.725
	Obrigações fiscais diferidas	-	93.127	93.127
De:	Diversas	451.679	(451.679)	-
De:	Sociais e estatutárias	9.065	(9.065)	-
Para:	Provisão para contingências	-	114.054	114.054
	Provisão para garantias financeiras prestadas	-	23.810	23.810
	Provisão para pagamentos a efetuar	-	22.952	22.952
	Outras obrigações	-	36.599	36.599
	Passivo atuarial	-	263.329	263.329
De:	Ajuste de avaliação patrimonial	(152.623)	152.623	-
Para:	Outros resultados abrangentes	-	(152.623)	(152.623)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - 2º SEMESTRE 2019				
De:	Outras despesas operacionais	(31.499)	13.963	(17.536)
Para:	Trabalhistas	-	(4.701)	(4.701)
	Cíveis e fiscais	-	(7.565)	(7.565)
	Garantias financeiras prestadas	-	(1.697)	(1.697)
De:	Despesas de pessoal	(91.506)	5.398	(86.108)
Para:	Participações no lucro	-	(5.398)	(5.398)

De:	Outras receitas operacionais	19.367	(4.418)	14.949
Para:	Receitas de prestação de serviços	16.988	4.418	21.406
De:	Provisão para imposto de renda	(2.582)	2.582	-
	Provisão para contribuição social	(2.695)	2.695	-
	Ativo fiscal diferido	(53.212)	53.212	-
Para:	Corrente	-	(5.275)	(5.275)
	Diferido	-	(53.213)	(53.213)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO 2019

De:	Outras despesas operacionais	(65.228)	34.978	(30.250)
Para:	Trabalhistas	-	(23.475)	(23.475)
	Cíveis e fiscais	-	(9.093)	(9.093)
	Garantias financeiras prestadas	-	(2.410)	(2.410)
De:	Despesas de pessoal	(178.959)	13.281	(165.678)
Para:	Participações no lucro	-	(13.281)	(13.281)
De:	Outras receitas operacionais	45.725	(6.646)	39.079
Para:	Receitas de prestação de serviços	32.239	6.646	38.885
De:	Provisão para imposto de renda	(36.160)	36.160	-
	Provisão para contribuição social	(23.228)	23.228	-
	Ativo fiscal diferido	(77.757)	77.757	-
Para:	Corrente	-	(59.388)	(59.388)
	Diferido	-	(77.757)	(77.757)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - 2º SEMESTRE 2019

De:	(Aumento)/Redução em outros créditos	(33.200)	33.200	-
	(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(8.846)	8.846	-
Para:	Outros instrumentos financeiros	-	2.241	2.241
	Outros ativos	-	(19.092)	(19.092)
	Créditos tributários	-	(25.195)	(25.195)
De:	Aumento/(Redução) em outras obrigações	(80.025)	80.025	-
Para:	Outras obrigações	-	(72.749)	(72.749)
	Provisões	-	(13.264)	(13.264)
	Passivo atuarial e obrigações fiscais diferidas	-	5.988	5.988

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIO 2019

De:	(Aumento)/Redução em outros créditos	(21.865)	21.865	-
	(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(1.032)	1.032	-
Para:	Outros instrumentos financeiros	-	(9.625)	(9.625)
	Outros ativos	-	11.229	11.229
	Créditos tributários	-	(24.501)	(24.501)
De:	Aumento/(Redução) em outras obrigações	(330.207)	330.207	-
Para:	Outras obrigações	-	(315.367)	(315.367)
	Provisões	-	(15.975)	(15.975)
	Passivo atuarial e obrigações fiscais diferidas	-	1.135	1.135

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Apuração do resultado

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério de *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

3.2 Caixas e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos das disponibilidades (saldo das contas correntes no Brasil e no exterior) e títulos, entre todos que compõem a carteira de fundo de investimentos, cujo vencimento seja igual ou inferior a 90 dias da aquisição e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

3.3 Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN n.º 3.068/2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias, a saber:

- Títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre;
- Títulos disponíveis para a venda - atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do semestre, e ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e
- Títulos mantidos até o vencimento - atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida ao resultado do semestre.

3.4 Instrumentos financeiros derivativos

Conforme Circular BACEN n.º 3.082/2002 são classificados, na data da sua contratação, como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, de acordo com a intenção da administração. Entre os diversos tipos de instrumentos derivativos, o BRDE opera com a modalidade *swap*.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas pelo seu valor justo, considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo BRDE. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas resultantes das operações pode ser contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da categoria da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting* adotada.

Os instrumentos designados para fins de *hedge accounting* podem ser classificados de acordo com sua natureza nas seguintes categorias:

- *Hedge* de risco de mercado: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de

mercado do item objeto de *hedge*, sendo que os valores dos ganhos e perdas, realizados ou não, registrados em conta de resultado;

- *Hedge* de fluxo de caixa: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar variações no fluxo de caixa estimado da instituição, sendo que os valores dos ganhos e perdas, líquidos dos efeitos tributários, registrados em conta do patrimônio líquido.

As informações detalhadas das operações envolvidas, suas estratégias, os objetivos da gestão de risco, contemplando a sua efetividade, são documentadas desde o início das operações

3.5 Operações de crédito, outros créditos com características de operações de crédito

Estão demonstradas ao valor de realização acrescidos, quando aplicáveis, e em base "*pro rata*" dia, dos rendimentos auferidos no período, com base na variação do indexador e da taxa de juros contratada e deduzidas do valor de rendas a apropriar.

A atualização das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Quando contratadas, e de acordo com parâmetros definidos pelo BRDE, as operações de crédito são classificadas em nível de risco, que varia de "AA" (menor risco) a "H" (maior risco). Este risco pode mudar por reavaliações periódicas ou conforme o atraso, obedecendo rigorosamente o estabelecido na Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As operações em atraso classificadas no pior nível ("H"), permanecem nesse nível por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas, que não tenham sido transferidas para compensação, são classificadas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam na data da renegociação, enquanto que, as que já estavam em compensação são classificadas em "H". Todavia, em ambos os casos, admite-se a classificação para níveis melhores sempre que houver uma amortização significativa ou ocorrência de fato relevante que justifique a melhora.

3.6 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, efetuada com base nos percentuais mínimos estabelecidos nas normas do BACEN, e complementada por provisões adicionais em relação ao mínimo exigido pela regulamentação, é fundamentada na análise de cada operação e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos das carteiras.

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

O BRDE revisa periodicamente se há alguma indicação de perda no valor recuperável dos ativos (*impairment*), e, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do período

3.8 Imobilizado

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens:

	<u>Taxas</u>
Imóveis	4% a.a.
Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicação e Segurança	10% a.a.
Sistemas de processamento de dados e Veículos	20% a.a.

3.9 Intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia, ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

3.10 Obrigações por repasses

São demonstradas pelos valores das exigibilidades considerando os encargos e variações monetárias ou cambiais até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia

3.11 Impostos e contribuições

A relação dos impostos e contribuições sobre o lucro e sobre o resultado ao qual o BRDE está sujeito a calcular e recolher estão discriminados na nota explicativa 14 bem como as respectivas alíquotas vigentes na data de encerramento deste semestre.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social, apurados nas alíquotas a serem praticadas a partir de 2020, são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Circular BACEN n.º 3.171/02, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, demonstrado na nota 14.1, está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração.

3.12 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09 e Carta Circular BACEN n.º 3.429/10.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações

cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das mesmas possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

3.13 Provisões atuariais

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (nota 20). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado anualmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidas de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e dos ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.
- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

3.14 Demais ativos e passivos

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo, quando for aplicável: (i) os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e (ii) os efeitos dos ajustes para reduzir o custo de ativos ou seu valor de mercado ou de realização.

4. SEGREGAÇÃO CURTO E LONGO PRAZO

Em atendimento ao parágrafo único do art. 23 da Resolução BACEN nº 02/2020, apresentamos, para os itens patrimoniais, a segregação em curto e longo prazo.

Item patrimonial - ATIVO	31/12/2020		31/12/2019	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Disponibilidades	583.436	-	587.863	-
Títulos e valores mobiliários	2.223.598	19.153	2.459.409	17.786
Operações de crédito	2.429.374	11.146.363	2.677.950	10.819.259
Devedores por compra de valores e bens	4.128	26.414	3.288	20.421
Avais e fianças honrados	1.108	1.735	2.791	-
(-) Provisão perdas esperadas assoc. risco de crédito	(42.265)	(315.812)	(62.898)	(254.093)
Rendas a receber	7.578	-	7.664	278
Devedores por depósitos em garantia	-	91.330	-	104.450
Outros créditos	25.314	6.292	18.598	10.123
Bens não destinados ao uso	66.786	-	71.840	-
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de bens não destinados ao uso	(832)	-	(6.697)	-
Créditos tributários	-	321.862	-	339.795
Investimentos	-	602	-	602
Imobilizado	-	40.131	-	38.680
Intangível	-	15.666	-	14.689

Item patrimonial - PASSIVO	31/12/2020		31/12/2019	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Empréstimos no exterior	-	65.448	-	-
Repasses do país	2.390.672	9.641.856	2.762.529	10.163.458
Repasses do exterior	23.826	292.556	51	136.998
Fundos financeiros e de desenvolvimento	493.078	-	329.102	-
Impostos e contribuições sobre o lucro	130.141	-	23.885	-
Outros impostos e contribuições	8.928	-	8.725	-
Outras obrigações	28.028	-	30.792	5.807
Provisão para contingências	-	103.616	-	114.054
Provisão para garantias financeiras prestadas	-	16.047	-	23.810
Provisão para pagamentos a efetuar	19.669	5.772	22.952	-
Obrigações fiscais diferidas	-	66.487	-	93.127
Passivo atuarial	-	263.348	-	263.329

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	42.995	25
Cotas de fundos de investimentos	540.441	587.838
Total	583.436	587.863

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DERIVATIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Carteira própria – nota 6.1	2.094.451	2.183.333
Cotas de fundos de investimento – recursos do FSA	147.727	293.862
Instrumentos derivativos – nota 6.2	573	-
Total	2.242.751	2.477.195

6.1 Carteira própria

Apresenta a seguinte composição, sendo que as cotas de fundos de investimentos são classificadas como disponível para venda e não possuem vencimento.

	31/12/2020	31/12/2019
Cotas de fundos de investimento – fundo exclusivo BB (a)	1.811.168	1.909.768
Cotas de fundos de investimento – fundo CEF	271.622	265.367
Cotas de fundos de investimento – outros fundos	119	451
Cotas de fundos em participações (b)	9.609	5.903
Ações de companhias abertas (c)	1.933	1.844
Total	2.094.451	2.183.333

a) Fundo exclusivo de títulos com perfil de renda fixa, administrado pela BB Administração de Ativos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com base em parâmetros estabelecidos pelo BRDE, onde a meta é obter uma rentabilidade superior a 101% da taxa DI para 86% da carteira e superior a IPCA + 5% para os 14% restantes. Deste montante, R\$ 7.610 (2019 – R\$ 10.039) está caucionado a processos judiciais. Avaliados a valor de mercado, a composição do fundo é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Letras financeiras do tesouro nacional	1.011.822	961.731
Notas do tesouro nacional-B	330.552	413.478
Letras tesouro nacional	117.364	20.564
Letras financeiras bancos	351.430	503.513
Outros títulos	-	10.482
Total do fundo de investimento	1.811.168	1.909.768
Cotas oferecidas em garantia	7.610	10.039
Total do fundo de investimento disponível	1.803.558	1.899.729

b) Representam cotas de fundos em participações ou garantidores, que são administrados por instituições privadas, sendo suas cotas atualizadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data do balanço, apresentando em 31 de dezembro a seguinte situação:

	Capital (Cotas)		Saldo Contábil
	Subscrito	Integralizado	Atualizado
Fundo Garantidor de Investimentos – FGI	1.900	1.900	2.704
Fundo Criatec III	12.000	6.748	5.623
FIP Anjo Capital Semente	15.000	1.595	1.282

c) Os efeitos decorrentes da avaliação da carteira de ações, adquirida ao custo de R\$ 6.068, foram levados à conta específica do patrimônio líquido, deduzidos os efeitos tributários. A desvalorização de R\$ (4.134) (31/12/2019 – R\$ (4.872)) entre o valor de custo e o de mercado foi registrada no patrimônio líquido no montante de R\$ (2.274) (31/12/2019 – R\$ (2.923)), após o registro de R\$ (1.860) (31/12/2019 – R\$ (1.949)) em “créditos tributários diferidos”, conforme demonstrado na nota 14.2.

6.2 Instrumentos derivativos

O BRDE participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, registrados em contas patrimoniais e de compensação, tendo por objetivo mitigar os riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de *hedge*) efetuada pelo BRDE junto à *Corporación Andina de Fomento* (CAF).

O vencimento do instrumento derivativo usado nessa modalidade possui mesmo vencimento da operação captada, sendo ambos ajustados ao valor de mercado que é apurado por metodologia interna devidamente documentada e aprovada pela administração.

Para isso o BRDE estabeleceu a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*, na categoria de risco de mercado e, conforme determina a Circular BACEN n.º 3.082/02, as variações e ajustes decorrentes da valorização destes instrumentos e objetos de *hedge* são registrados em conta de resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores lançados em contas patrimoniais e de compensação:

Swap - ativo	31/12/2020		
	Valor referencial (conta compensação)	Valor a pagar/receber (conta patrimonial)	Efeito líquido (conta de resultado)
(US\$+Libor+taxa) x (R\$+%CDI)	21.964	573	573

O vencimento da captação (objeto de *hedge*) e do derivativo (instrumento de *hedge*) estão a seguir demonstrados:

	31/12/2020				31/12/2019
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Objeto	-	24	22.548	22.572	-
Instrumento	-	5	568	573	-

A tabela abaixo apresenta o valor da curva e de mercado do objeto e instrumento de *hedge*:

	31/12/2020				31/12/2019
	Valor referencial	Valor da curva	Ajuste a mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
Objeto	21.974	22.567	5	22.572	-
Instrumento	21.974	573	-	573	-

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1 Composição por tipo de operação e nível de risco

Tipo de Operação	Nível de risco									31/12/2020		31/12/2019	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Empréstimos	84.169	191.108	51.649	20.378	13.782	762	283	704	37.791	400.626	2,9%	201.865	1,5%
Financiamentos	1.842.612	2.623.372	628.564	269.331	175.182	11.986	16.798	36.797	122.163	5.726.805	42,1%	4.666.970	34,5%
Financiamentos agroindustriais	60.316	246.130	8.939	8.361	17.698	-	-	36	-	341.480	2,5%	569.455	4,2%
Financiamentos rurais	4.332.048	2.440.193	155.745	86.364	22.495	7.553	4.426	12.903	45.099	7.106.826	52,2%	8.058.919	59,6%
Total operações de crédito	6.319.145	5.500.803	844.897	384.434	229.157	20.301	21.507	50.440	205.053	13.575.737	99,8%	13.497.209	99,8%
Outros créditos	28.738	1.718	85	-	-	2.844	-	-	-	33.385	0,2%	26.500	0,2%
Total da carteira de crédito	6.347.883	5.502.521	844.982	384.434	229.157	23.145	21.507	50.440	205.053	13.609.122	100%	13.523.709	100%
% da carteira	47,6%	38,6%	6,8%	2,6%	1,9%	0,4%	0,2%	0,4%	1,5%	100%		100%	

7.2 Composição da provisão esperada por perdas associadas ao risco de crédito

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2020	31/12/2019
Provisão regulamentar	-	27.504	8.448	11.533	22.916	6.090	10.754	35.308	20.053	327.606	284.974
Provisão adicional	-	-	-	-	11.458	2.030	3.226	12.610	-	29.324	31.552
Provisão das operações crédito	-	27.504	8.448	11.533	34.374	8.120	13.980	47.918	205.053	356.930	316.526
Provisão outros créditos ¹ -	-	9	1	-	-	1.137	-	-	-	1.147	465
Provisão esperada perdas associadas ao risco de crédito	-	27.513	8.449	11.533	34.374	9.257	13.980	47.918	205.053	358.077	316.991

(1) Créditos com características de concessão de crédito: avais e fianças honrados e devedores por compra de bens e valores

A provisão adicional corresponde ao valor excedente ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº. 2.682/99 é constituída dentro de critérios prudenciais estabelecidos pela Administração, em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de perdas oriundas de circunstanciais aumentos de inadimplência por eventual reversão/mudança do ciclo econômico de setores em que o BRDE opera. O aumento de 12,96% em relação ao período anterior reflete o agravamento do cenário econômico em função da pandemia causada pela COVID-19.

7.3 Composição da carteira de créditos por faixa de vencimento das operações

Operações em curso normal – sem atraso											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2020	31/12/2019
Parcelas Vincendas	6.335.460	5.467.402	800.066	297.595	191.905	19.310	18.393	40.055	165.664	13.335.850	13.322.996
01 a 30 dias	177.710	116.795	12.455	6.856	3.277	468	804	201	2.123	320.689	374.989
31 a 60 dias	65.547	55.754	9.623	5.947	2.345	145	303	109	1.029	140.802	137.114
61 a 90 dias	66.597	50.826	10.240	4.860	2.848	283	387	127	1.224	137.392	135.722
91 a 180 dias	288.414	227.455	36.244	18.590	7.075	1.282	984	671	4.893	585.608	799.338
181 a 365 dias	611.575	411.350	66.111	32.511	13.313	2.415	2.595	883	22.478	1.163.231	1.167.790
Acima de 365 dias	5.125.617	4.605.222	665.393	228.831	163.047	14.717	13.320	38.064	133.917	10.988.128	10.708.043
Operações em curso anormal – com atraso											
Parcelas Vincendas	11.565	34.397	41.534	81.028	31.431	3.186	2.558	8.898	25.121	239.718	171.288
01 a 30 dias	45	392	987	1.388	858	65	25	125	619	4.504	2.775
31 a 60 dias	14	304	785	1.156	925	58	27	111	509	3.889	2.440
61 a 90 dias	17	324	786	1.258	770	73	32	110	572	3.942	2.422
91 a 180 dias	145	1.091	2.609	3.604	2.335	265	329	414	2.070	12.862	10.361
181 a 365 dias	905	2.421	4.831	8.477	6.555	714	400	989	3.585	28.877	22.125
Acima de 365 dias	10.439	29.865	31.536	65.145	19.988	2.011	1.745	7.149	17.766	185.644	131.165
Parcelas Vencidas	858	722	3.382	5.811	5.821	649	556	1.487	14.268	33.554	29.425
01 a 30 dias	857	722	2.045	1.816	1.221	88	93	147	2.038	9.027	7.159
31 a 60 dias	1	-	1.337	2.076	1.263	88	84	547	1.277	6.673	4.982
61 a 90 dias	-	-	-	1.472	1.958	28	58	152	696	4.364	4.186
91 a 180 dias	-	-	-	447	1.379	316	100	396	6.240	8.878	9.675
181 a 365 dias	-	-	-	-	-	129	221	245	3.277	3.872	2.951
Acima de 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	740	740	472
Total da carteira - 2020	6.347.883	5.502.521	844.982	384.434	229.157	23.145	21.507	50.440	205.053	13.609.122	
Total da carteira – 2019	6.813.099	5.061.984	826.244	307.676	251.796	24.963	25.686	50.453	161.808		13.523.709

7.4 Concentração da carteira de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
Maior cliente	213.095	1,57%	240.129	1,78%
10 seguintes maiores clientes	1.556.807	12,30%	1.700.831	12,58%
20 seguintes maiores clientes	1.442.637	10,60%	1.767.818	13,07%
50 seguintes maiores clientes	1.782.482	13,10%	1.747.225	12,92%
100 seguintes maiores clientes	1.845.813	13,56%	1.744.670	12,90%
Demais clientes	6.768.288	49,74%	6.323.036	46,76%
Total da carteira	13.609.122		13.523.709	

7.5 Distribuição da carteira de crédito por setor de atividade

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
Setor Público	476.723	3,5%	352.797	2,6%
Administração pública	469.100	3,4%	225.981	1,7%
Indústria	7.623	0,1%	126.816	0,9%
Setor Privado	13.132.399	96,5%	13.170.912	97,4%
Agropecuária	3.696.248	27,2%	4.142.598	30,7%
Indústria	3.102.443	22,8%	3.292.404	24,4%
Infraestrutura	3.054.971	22,4%	2.685.582	19,9%
Comércio	2.263.264	16,6%	2.188.795	16,2%
Serviços	1.015.473	7,5%	861.533	6,2%
Total da carteira	13.609.122		13.523.709	

7.6 Movimentação da provisão por perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial do exercício	316.991	432.361
Constituição de provisão por alteração do nível de risco	139.003	73.637
Constituição de provisão por recuperação de crédito	40.449	46.393
Reversão de provisão por alteração do nível de risco	(80.838)	(62.757)
Movimentação da provisão com efeito no resultado	415.605	489.634
Transferência para compensação	(57.528)	(172.643)
Saldo final do exercício	358.077	316.991

7.7 Renegociação e recuperação de créditos

	31/12/2020	31/12/2019
Montante renegociado no exercício	213.764	254.922
Montante recuperado:	141.302	125.465
- Por renegociação	40.449	60.251
- Por recebimento	100.853	65.214

7.8 Receita de operações de crédito

	2º semestre		Exercício	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos	15.606	14.338	25.485	36.471
Financiamentos	224.187	225.304	495.108	444.288
Financiamento rurais	272.154	247.939	524.341	499.281
Financiamentos agroindustriais	34.844	23.744	86.540	40.507
Recuperação créditos baixados como prejuízo	89.781	88.887	141.302	125.465
Outros	937	171	1.410	171
Total	637.509	600.383	1.274.186	1.146.183

8. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos e antecipações salariais	1.445	709
Pagamentos a ressarcir	103	5.342
Pendências a regularizar	3.055	6.074
Superávit de plano de benefício pós-emprego (nota 22.2.1)	11.244	15.791
Créditos específicos	15.040	-
Outros	718	805
Total	31.606	28.721

O saldo de créditos específicos refere-se à remuneração devida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) das operações PESA liquidadas ao longo de ano de 2020.

9. IMOBILIZADO e INTANGÍVEL

	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
IMOBILIZADO				
Imóveis	44.187	(9.956)	34.231	34.899
Instalações	2.335	(2.171)	164	301
Móveis e equipamentos	19.768	(15.295)	4.473	1.535
Veículos	1.985	(727)	1.258	412
Outros imobilizados em uso	13	(8)	5	1.533
Total – imobilizado	68.288	(28.157)	40.131	38.680
INTANGÍVEL				
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Sistema de processamento de dados	40.107	(24.450)	15.657	14.689
Outros	17	(8)	9	-
Total – intangível	40.124	(24.458)	15.666	14.689
Total – 31/12/2020	108.412	(52.615)	55.797	
Total – 31/12/2019	101.568	(48.199)		53.369

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

10.1 Obrigações por empréstimos e repasses

Os empréstimos do exterior representam recursos que o BRDE buscou com instituições internacionais com a prioridade de serem utilizados em financiamentos, porém sem a vinculação de mesmo prazo.

As obrigações de repasses do país correspondem a recursos originários de programas oficiais e os repasses do exterior a recursos originários de instituições internacionais, os quais são repassados a mutuários finais. As obrigações por repasses têm vencimentos até o ano 2044, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros prefixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas, acrescidos de "del credere".

	31/12/2020			31/12/2019	
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Empréstimos do exterior	25	9.282	56.141	65.448	-
CAF	25	9.282	13.263	22.570	-
BEI	-	-	42.878	42.878	-
Repasses do país	2.390.672	6.206.669	3.435.187	12.032.528	12.925.987
BNDES	1.778.555	4.921.102	2.917.885	9.617.542	10.516.321
FINAME	389.012	754.915	172.791	1.316.718	1.669.215
FINEP	66.893	234.472	50.219	351.584	310.477
BB	33.454	107.862	37.241	178.557	185.357
CEF	21.599	116.251	207.227	345.077	171.106
FUNGETUR	93.401	71.783	49.824	215.008	66.528
Outros	7.758	284	-	8.042	6.983
Repasses do exterior	23.826	126.511	166.045	316.382	137.049
AFD	23.826	126.511	166.045	316.382	137.049
Total – 31/12/2020	2.414.523	6.342.462	3.657.373	12.414.358	
Total – 31/12/2019	2.762.580	6.625.726	3.674.730		13.063.036

10.2 Despesa com repasses

	2º semestre		Exercício	
	2020	2019	2020	2019
Despesa com repasses do BNDES	233.285	254.976	499.206	523.017
Despesa com repasses da FINAME	24.793	23.759	48.753	49.562
Despesa com repasses da FINEP	4.601	5.027	9.033	10.431
Despesa com repasses do BB	3.182	3.738	7.586	7.642
Despesa com repasses da CEF	9.104	4.215	15.747	6.779
Despesa com repasses de outras instituições do país	5.396	8.783	6.942	26.628
Despesa com repasses do exterior	15.556	4.406	73.897	5.237
Total	295.917	304.904	661.164	629.296

11. PROVISÃO PARA GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS

A provisão para as operações de garantias financeiras prestadas pelo BRDE é calculada de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, onde o percentual da provisão é definido pelo nível de risco atribuído à operação, resultado de aplicação de metodologias desenvolvidas pela instituição que consideram as características dos clientes, das operações e as garantias oferecidas.

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão
Com garantia real	96.254	16.047	101.347	23.188
Por sub-rogação de direitos	-	-	4.147	622
Total	96.254	16.047	105.494	23.810

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O montante dos riscos para os quais o BRDE constitui provisão está assim composto:

	31/12/2019	Baixa por:				31/12/2020
		Constituição	Atualização	Reversão	Pagamento	
Previdenciárias	14.541	-	113	-	-	14.654
Trabalhistas	32.055	7.289	2.181	(7.538)	(2.944)	31.043
Cíveis	67.458	1.958	1.631	(1.695)	(11.433)	57.919
Total	114.054	9.247	3.925	(9.233)	(14.377)	103.616

A provisão de natureza previdenciária refere-se a contribuições sobre verbas pagas por ocasião do Acordo Trabalhista de 1992, entendidas pela Justiça Trabalhista como de caráter indenizatório, já depositados em juízo.

De acordo com a nota 3.11 o montante de provisão trabalhista refere-se a ações classificadas como perda provável. Adicionalmente, existem ações consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 99.930 (31/12/2019 - R\$ 93.524), que correspondem em grande parte a lides coletivas de equiparação entre os Planos de Cargos e Salários do BRDE.

As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:

- R\$ 51.033 referem-se a honorários de sucumbência;
- R\$ 4.151 referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização; e
- R\$ 2.735 referem-se a embargos interpostos por mutuário contra execução de inadimplência.

Do total da provisão dos processos cíveis, está depositado judicialmente o montante de R\$ 56.983.

Adicionalmente há outras ações cíveis classificadas como perda possível que montam R\$ 2.128.

Durante o exercício de 2017, o BRDE foi autuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. O processo encontra-se em fase administrativa e de acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e seu valor, em 31/12/2020, é de R\$ 24.876 (31/12/2019 – R\$ 24.253).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado, é composto de 1.518.579.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 cada ação e está dividido em parcelas iguais entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada estado participante, que são apurados e controlados separadamente.

b. Aumento de capital

Houveram, após aprovação do Banco Central em 09/03/2020, 25/06/2020 e 22/09/2020, 3 aumentos de capital nos valores de R\$ 72.600, R\$ 123.600 e R\$ 51.786, referente ao lucro apurado no 1º semestre de 2019, 2º semestre de 2019 e 1º semestre de 2020, respectivamente.

c. Reserva de capital

A reserva de capital é composta por um fundo regimental criado em decorrência da publicação da Resolução CMN nº 3.605/08. O fundo tem por finalidade receber os lucros que futuramente irão incorporar ao capital social.

14. IMPOSTOS

Os tributos são calculados pelas alíquotas a seguir informadas considerando, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente para cada encargo.

Tributo	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda	10,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – de 01/2019 a 02/2020	15,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – a partir de 03/2020 ⁽¹⁾	20,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS	até 5,00%

(1) a majoração é decorrente de promulgação da Emenda Constitucional n.º 103, de 12/11/2019

14.1 Despesas com impostos e contribuições

Demonstração do cálculo de IRPJ e CSLL no período:

	2º SEMESTRE - 2020		2º SEMESTRE - 2019		EXERCÍCIO - 2020		EXERCÍCIO - 2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado do exercício, antes da tributação	213.640	213.640	226.871	226.871	357.715	357.715	415.109	415.109
Adições e exclusões								
Provisão para passivos contingentes	(588)	(588)	2.631	2.631	(10.438)	(10.438)	4.299	4.299
Provisão para garantias financeiras prestadas	(3.555)	(3.555)	(2.822)	(2.822)	(7.763)	(7.763)	(5.537)	(5.537)
Provisão para operações de crédito	(12.990)	(12.990)	(3.038)	(3.038)	40.404	40.404	(60.663)	(60.663)
Créditos baixados como prejuízo	3.696	3.696	(215.753)	(215.753)	(57.897)	(57.897)	(161.754)	(161.754)
Provisão para outros créditos	(1.264)	(1.264)	450	450	681	681	(54.706)	(54.706)
Provisão para assistência médica	14.933	14.933	32	32	13.445	13.445	2.744	2.744
Atualização de depósitos judiciais	(803)	(803)	(1.632)	(1.632)	5.483	5.483	(3.482)	(3.482)
Renegociações tributadas por caixa	11.944	11.944	(2.678)	(2.678)	12.810	12.810	(5.117)	(5.117)
Recuperações judiciais – deferimento	4.047	4.047	20.910	20.910	36.867	36.867	23.671	23.671
Outros, líquidos	(8.924)	(9.372)	(6.574)	(7.006)	(431)	(1.161)	887	274
Base de cálculo	220.136	219.688	18.397	17.965	390.876	390.146	155.451	154.838
Imposto calculado	(33.020)	(32.953)	(2.760)	(2.695)	(58.631)	(58.522)	(23.317)	(23.228)
Adicional de imposto	(22.002)	(10.582)	(1.828)	-	(39.064)	(16.075)	(15.521)	-
Incentivos fiscais	4.952	-	2.005	-	5.591	-	2.678	-
Total provisão do imposto	(50.070)	(43.535)	(2.582)	(2.695)	(92.104)	(74.597)	(36.160)	(23.228)
Crédito tributário (líquido de reversões)	4.995	(8.810)	(47.544)	(5.688)	10.868	(2.576)	(62.488)	(15.269)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(45.075)	(53.345)	(50.126)	(8.363)	(81.236)	(77.173)	(98.648)	(38.497)

14.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	31/12/2019	Constituição	Reversão	31/12/2020
Reflexo no resultado	302.961	117.933	(136.281)	284.613
Créditos baixados para prejuízo - temporariamente indedutíveis	96.582	57.749	(37.440)	116.891
Provisão para perdas com operações de crédito	128.473	30.953	(62.659)	96.767
Provisão para garantias financeiras prestadas	10.622	1.494	(4.895)	7.221
Provisão para contingências	51.324	4.815	(9.512)	46.627
Provisão para perdas com outros créditos	204	6.499	(6.187)	516
Provisão para desvalorização de outros bens e valores	2.935	3.872	(6.433)	374
Provisão para assistência média e PB II inativos - corrente	12.156	6.453	(2.965)	15.644
Provisão para participação nos lucros e resultados	-	5.728	(5.728)	-
Licença prêmio em aquisição	359	370	(462)	267
Insuficiência de depreciação	306	-	-	306
Reflexo no patrimônio líquido	36.834	7.485	(7.070)	37.249
Provisão para assistência média e PB II inativos - abrangente	32.803	5.968	(6.571)	32.200
Ajuste ao valor de mercado de TVM	1.901	438	(478)	1.861
Passivo atuarial PB II - abrangente	2.130	1.079	(21)	3.188
Total geral – créditos tributários	339.795	125.418	(143.351)	321.862
DÉBITOS TRIBUTÁRIOS	31/12/2019	Constituição	Reversão	31/12/2020
Renegociações REFIS/RECOOP	1.853	-	-	1.853
Atualização depósitos judiciais	27.273	892	(3.359)	24.806
Renegociações tributadas por caixa	35.284	4.983	(11.494)	28.773
Recuperação judicial – deferimento	21.655	11.357	(27.016)	5.996
Ativo atuarial – PB I	7.062	-	(2.003)	5.059
Total geral – débitos tributários	93.127	17.232	(43.872)	66.487

b) Créditos tributários diferidos não reconhecidos

Os créditos e as obrigações foram classificados conforme previsão de realização, sendo que aqueles créditos tributários cuja expectativa de realização está prevista para um período superior a 10 anos, não reconhecidos no balanço de 31 de dezembro, totalizam R\$ 86.888 (31/12/2019 – R\$ 85.481).

c) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários

Ano de realização	Créditos tributários		Débitos tributários	
	Valor	%	Valor	%
2021	111.220	27,2%	35.184	52,9%
2022	75.667	18,5%	9.855	14,8%
2023	34.577	8,5%	4.512	6,8%
2024	21.912	5,4%	2.338	3,5%
2025	18.220	4,5%	2.080	3,1%
2026 a 2030	60.266	14,7%	7.962	12,0%
após 2030	86.888	21,2%	4.556	6,9%
Total	408.750		66.487	

O valor presente dos créditos tributários contabilizados, calculados considerando-se a taxa de captação praticada pelo BRDE, totaliza R\$ 279.730 (31/12/2019 - R\$ 284.147) e o valor presente das obrigações tributárias contabilizadas é de R\$ 58.764 (31/12/2019 - R\$ 82.334).

14.3 Despesas tributárias

	2º semestre		Exercício	
	2020	2019	2020	2019
PIS	2.090	2.138	4.063	4.209
COFINS	12.861	13.155	25.005	25.901
ISS	1.071	1.070	1.779	1.934
Outros	939	295	1.784	853
Total	16.961	16.658	32.631	32.897

15. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre		Exercício	
	2020	2019	2020	2019
Tarifa de análise	5.949	4.890	9.779	9.051
Tarifa de fiscalização e acompanhamento	7.199	6.541	11.781	11.791
Tarifa de cadastro	1.934	1.633	3.465	2.442
Tarifa de alteração ou estruturação garantias	305	483	568	765
Tarifa de elaboração de parecer/laudo/estudo técnico	269	274	352	981
Tarifa de prestação de garantias financeiras	2.670	2.138	5.155	6.047
Remuneração administração do FSA	1.298	4.418	2.886	6.646
Outras tarifas	1.791	1.029	2.575	1.162
Total	21.415	21.406	36.561	38.885

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre		Exercício	
	2020	2019	2020	2019
Reversão da provisão sobre garantias prestadas	4.119	3.843	8.351	7.271
Reversão da provisão de processos trabalhistas	4.996	5.355	7.358	23.370
Reversão da provisão de outros processos	1.009	-	1.608	-
Atualização de depósitos judiciais	664	1.632	1.910	3.482
Outras ⁽¹⁾	1.834	4.119	11.522	4.956
Total	12.622	14.949	30.749	39.079

(1) do total de R\$ 11.171 destacamos que:

- R\$ 2.403 são decorrentes da ação ordinária contra a UNIÃO - FAZENDA NACIONAL, em que o BRDE requereu a revisão da apuração do FAP (Fator Acidentário de Prevenção), transitada em julgado, com direito à compensação de valores recolhidos a maior;

- R\$ 4.137 são decorrentes da venda de parte da carteira do BRDE que estava baixada em prejuízo.

17. DESPESAS COM PESSOAL

	2º semestre		Exercício	
	2020	2019	2020	2019
Remuneração	51.412	51.812	100.214	98.106
Encargos sociais	25.257	25.082	49.379	47.808
Benefícios	25.624	5.400	32.643	12.817
Honorários	2.634	2.502	4.926	4.405
Outras despesas	1.014	1.312	2.390	2.542
Total	105.941	86.108	189.552	165.678

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre		Exercício	
	2020	2019	2020	2019
Aluguel, condomínio, água e luz	1.446	1.699	3.226	3.532
Comunicações	551	542	1.359	1.285
Manutenção e conservação de bens	2.215	1.953	4.075	3.769
Processamento de dados	4.344	2.268	6.892	4.731
Promoções e relações públicas	1.643	2.142	2.055	2.564
Publicidade e propaganda	3.017	2.995	3.975	3.942
Serviços do sistema financeiro	922	671	1.686	1.251
Serviços de terceiros	1.184	1.183	2.386	2.389
Serviços técnicos especializados	1.247	1.244	2.772	2.732
Vigilância e segurança	531	538	1.085	1.139
Transportes	302	817	668	1.650
Viagem	85	1.724	646	3.160
Emolumentos judiciais e cartorários	600	1.297	1.082	2.425
Despesas estatutárias	1.972	2.391	4.465	4.868
Incentivos fiscais	4.279	1.612	4.328	1.612
Depreciação e amortização	3.097	3.876	6.269	7.717
Outras despesas administrativas	1.722	842	2.844	1.743
Total	29.157	27.794	49.813	50.509

19. RESULTADO NÃO RECORRENTE

De acordo com os parâmetros estabelecidos no parágrafo 4º do artigo 34 da Resolução BCB n.º 02/2020, o BRDE estabeleceu critérios daquilo que considera não recorrente e apresenta o seu resultado na tabela a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado de atividades recorrentes	195.169	252.008
Majoração da alíquota da CSLL para instituições financeiras	-	25.956
Venda de carteira baixada em prejuízo	4.137	-
Resultado de atividades não recorrentes	4.137	25.956
Resultado líquido	199.306	277.964

20. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O Banco oferece planos de benefícios de previdência e programa de assistência à saúde que são classificados como planos de benefícios pós-emprego, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012.

A contabilização dos passivos/ativos pós-emprego e respectivas despesas/receitas relativas aos planos de benefícios pós-emprego é realizada de acordo com o citado Pronunciamento Técnico e com laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2020.

20.1 Característica dos planos de benefícios

20.1.1 – Planos de benefícios de previdência

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de oferecer aos empregados de seus patrocinadores, o BRDE e a própria Fundação, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O Banco tem participação na governança do ISBRE por meio de indicação de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Fundação.

O ISBRE opera dentro da estrutura regulatória do sistema de previdência complementar fechada, tendo por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, considerando as normas emitidas por esses órgãos, bem como o disposto na Lei Complementar nº 108/2001 e na Lei Complementar nº 109/2001 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para aplicação dos recursos garantidores dos planos. O ISBRE realiza a gestão de dois planos de benefícios de previdência, ambos patrocinados pelo BRDE:

➤ Plano de Benefícios I (PB I): estruturado na modalidade de Benefício Definido, em que o nível dos benefícios concedidos pelo Plano é determinado previamente e em função do salário do participante na fase de atividade, encontra-se fechado para novas adesões. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de inatividade, sendo que, os participantes ainda em atividade apresentam tempo médio para atingimento das elegibilidades para solicitação de início de aposentadoria pelo Plano de apenas 1 (um) ano.

O PB I expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros. O PB I se encontra em situação superavitária, apurada conforme regras locais emitidas pelo CNPC e pela PREVIC, tendo alocado recursos decorrentes do

excedente patrimonial em Reserva de Contingência e Reserva Especial, conforme Resolução CNPC nº 30/2018, e desde 01/01/2020 realizada destinação parcial de recursos da Reserva Especial formada no exercício de 2018 para os participantes, assistidos e patrocinadores do Plano.

Em 31/12/2020, o Banco figura como patrocinador de 58 participantes ativos (31/12/2019 - 62), 391 aposentados (31/12/2019 - 390) e 94 pensionistas (31/12/2019 - 94).

➤ Plano de Benefícios II (PB II): implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados na data da concessão do benefício a partir do montante capitalizado das contribuições do BRDE e dos participantes em saldos de conta individuais. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de atividade.

O PB II expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros, ainda que em menor grau do que o PB I, em decorrência da sua estrutura na modalidade de Contribuição Variável, em que durante o período de atividade as contribuições são alocadas em contas individuais e há apenas riscos decorrentes da probabilidade de falecimento ou invalidez dos participantes.

Em 31/12/2020, o Banco figura como patrocinador de 345 participantes ativos (31/12/2019 - 348), 4 aposentados (31/12/2019 - 3) e 13 pensionistas (31/12/2019 - 15).

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE encontra-se limitado a realizar contribuições ao ISBRE de, no máximo, mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes. No PB I, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos. No PB II, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores até um nível pré-determinado, observado o Regulamento e o plano de custeio anual. Não é prevista contribuição normal para os assistidos do Plano de Benefícios II.

Como parte da gestão dos planos de benefícios de previdência, o ISBRE implementa estratégias de confrontação de ativos/passivos por meio da realização anual de estudos de *Asset and Liability Management* – ALM, bem como procede estudos de aderência periódicos das tábuas atuariais utilizadas nas projeções de fluxos de caixa com pagamento futuro de benefícios.

20.1.2 – Programa de assistência à saúde - PAS

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, assim como a seus respectivos dependentes, a exemplo dos funcionários ativos, Programa de Assistência à Saúde (PAS) com ressarcimento parcial de despesas médicas. O PAS é operacionalizado por meio de seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar, com abrangência nacional. São também beneficiários do PAS os ex-funcionários que recebem complementação de aposentadoria pelo PB I do ISBRE, e seus respectivos dependentes, bem como os dependentes de funcionários falecidos, tendo por reflexo a necessidade de reconhecimento de passivo pós-emprego pelo BRDE, registrado na rubrica “Outras Obrigações – Diversas”.

O PAS é estruturado na modalidade de pós-pagamento, oferecendo cobertura vitalícia de assistência à saúde para os segurados, que também sejam assistidos do ISBRE, e seus dependentes. Portanto, o

Programa expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência da cobertura vitalícia, de taxa de juros e de elevação dos custos médicos.

Em 31/12/2020, o total de beneficiários com cobertura de pós-emprego é de 869 (31/12/2019 - 863).

20.2 Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

20.2.1 – Passivo (ativo) de benefício definido

	PB I		PB II		PAS	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Valor presente das obrigações atuariais	1.026.131	1.016.128	27.371	24.052	257.398	259.352
Valor justo dos ativos do plano	(1.143.214)	(1.167.285)	(21.421)	(20.075)	-	-
Deficit (superavit) apurado	(117.083)	(151.157)	5.950	3.977	257.398	259.352
Efeito no teto do ativo	105.839	135.366	-	-	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido	(11.244)	(15.791)	5.950	3.977	257.398	259.352

O Conselho Deliberativo do ISBRE aprovou no fim do exercício de 2019 destinação da Reserva Especial do PB I formada no exercício de 2018, na forma de redução parcial das contribuições, com início em janeiro/2020. Desta forma, apurou-se o valor presente de benefícios econômicos disponíveis para o Banco na forma de reduções nas contribuições futuras para o Plano, conforme definição do CPC 33 (R1), tendo por base o montante a ser destinado ao BRDE na forma de redução parcial das contribuições em decorrência da destinação da Reserva Especial em curso, resultando em um Teto do Ativo de R\$ 11.244 mil, valor reconhecido pelo Banco como um ativo atuarial líquido. O Teto do Ativo é definido pela CPC 33(R1) como “o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituição provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano”.

20.2.2 – Conciliação do valor presente das obrigações atuariais

	PB I		PB II		PAS	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Obrigações atuariais no início do período	1.016.128	835.644	24.052	15.297	259.352	167.676
Custo do serviço corrente líquido	192	126	968	675	702	598
Contribuições de participantes realizadas no período	840	844	-	-	-	-
Despesa de juros	67.218	72.544	1.676	1.371	18.278	14.998
Benefícios pagos no período	(63.524)	(60.989)	(804)	(809)	(5.536)	(9.690)
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas demográficas	-	15.455	-	2.018	-	-
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas financeiras	(8.379)	154.332	(2.346)	5.323	(15.217)	53.995
(Ganhos)/perdas – ajustes pela experiência	13.656	(1.828)	3.825	177	(181)	31.775
Passivo (ativo) atuarial líquido	1.026.131	1.016.128	27.371	24.052	257.398	259.352

20.2.3 – Conciliação do valor justo dos ativos

	PB I		PB II	
	2020	2019	2020	2019
Valor justo dos ativos no início do período	(1.167.285)	(992.238)	(20.075)	(15.202)
Benefícios pagos no período	63.524	60.989	804	809
Contribuições de participante realizadas no período	(840)	(844)	-	-
Contribuições do empregador realizadas no período	(3.200)	(7.850)	(1.579)	(1.478)
Receita de juros	(77.642)	(86.988)	(1.443)	(1.421)
Retorno sobre ativos abaixo (acima) da receita de juros	42.229	(140.355)	871	(2.783)
Passivo (ativo) atuarial líquido	(1.143.214)	(1.167.286)	(21.422)	(20.075)

20.2.4 – Conciliação do efeito do teto de ativo (*asset ceiling*)

	PB I		PB II		PAS	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Efeito do teto de ativo no início do período	135.366	156.593	-	-	-	-
Despesa de juros	9.248	14.130	-	-	-	-
Mudanças no efeito do teto do ativo	(38.775)	(35.357)	-	-	-	-
Efeito no teto de ativo no fim do período	105.839	135.366	-	-	-	-

20.3 Reconhecimento dos custos de benefício definido

Conforme item 120 do CPC 33(R1), o BRDE deve reconhecer o custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) atuarial no resultado e as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) em outros resultados abrangentes.

A tabela a seguir apresenta o reconhecimento dos componentes de custo de benefício definido em resultado e em outros resultados abrangentes, bem como a reconciliação do passivo (ativo) atuarial líquido.

	PB I		PB II		PAS	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do período	(15.791)	-	3.977	97	259.352	167.676
Custo do serviço corrente líquido	192	126	968	675	702	598
Despesa de juros – valor presente das obrigações atuariais	67.218	72.544	1.676	1.371	18.279	14.998
Despesa de juros – efeito do teto de ativo	9.249	14.130	-	-	-	-
Receita de juros – valor justo dos ativos	(77.642)	(86.988)	(1.443)	(1.421)	-	-
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(983)	(188)	1.201	625	18.981	15.596
(Ganhos)/perdas no valor presente das obrigações atuariais	5.276	167.958	1.480	7.517	(15.399)	85.770
Mudanças no efeito do teto do ativo	(38.775)	(35.357)	-	-	-	-
Retorno sobre os ativos abaixo (acima) da receita de juros	42.229	(140.355)	871	(2.783)	-	-
Remensurações em outros resultados abrangentes	8.730	(7.754)	2.351	4.734	(15.399)	85.770
Contribuições do banco no período	(3.200)	(7.850)	(1.579)	(1.478)	(5.536)	(9.690)
Passivo (ativo) atuarial líquido no fim do período	(11.244)	(15.792)	5.950	3.978	257.398	259.352

20.4 Composição do valor justo dos ativos

Os planos PB I e PB II mantêm ativos que são utilizados para cobertura total ou parcial das obrigações atuariais. O quadro abaixo apresenta a composição da carteira de investimentos dos planos em classes conforme a natureza e risco desses ativos.

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalente	0,00%	0,00%	0,01%	0,01%
Renda fixa	84,54%	86,22%	76,32%	83,45%
Renda variável	4,51%	2,80%	11,73%	4,23%
Imobiliário	0,48%	1,30%	0,13%	0,38%
Estruturado	10,09%	9,25%	9,87%	9,94%
Carteira de empréstimos	0,38%	0,43%	1,94%	1,99%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

20.5 Premissas atuariais

A apuração da obrigação do Banco com os planos de benefícios pós-emprego requer a adoção de estimativas e premissas atuariais e financeiras de longo prazo, bem como a aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Portanto, a utilização de estimativas e premissas pode resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, ocasionando impactos, negativos ou positivos, às operações do Banco.

As taxas de desconto, em termos reais, foram apuradas considerando a interpolação das taxas de referência do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, conforme a *duration* de cada plano de benefícios pós-emprego: 10,35 anos para o PB I, 18,68 anos para o PB II e 17,37 anos para o PAS.

O quadro abaixo apresenta as premissas atuariais utilizadas para determinar o valor presente da obrigação atuarial.

	PB I		PB II		PAS	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Taxa de desconto atuarial (real)	3,20%	3,11%	3,80%	3,37%	3,80%	3,45%
Retorno real esperado sobre os ativos	3,20%	3,11%	3,80%	3,37%	3,80%	3,45%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	4,21%	4,21%	4,21%	4,21%	N/A	N/A
HCCTR ("inflação médica")	N/A	N/A	N/A	N/A	3,50%	3,50%
Fator de capacidade sobre os benefícios				100%		
Fator de capacidade sobre os salários				100%		
Inflação esperada	3,32%	3,61%	3,32%	3,61%	3,32%	3,61%
Taxa de desconto nominal	6,63%	6,83%	7,25%	7,10%	7,25%	7,18%

Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	6,63%	6,83%	7,25%	7,10%	7,25%	7,18%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	7,67%	7,97%	7,67%	7,97%	N/A	N/A
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	3,32%	3,61%	3,32%	3,61%	6,94%	7,24%
Mortalidade geral	AT 2000 (suavizada em 100%), segregada por sexo					
Mortalidade de inválidos	MI85, segregada por sexo					
Entrada de invalidez	Álvaro Vindas					
Taxa anual de rotatividade	Nula					
Composição familiar	Família média. Para pensionistas, família efetiva, conforme cadastro				Família efetiva (conforme informações cadastrais)	

20.5.1 – Análise de sensibilidade das premissas atuariais

A tabela abaixo apresenta análise de sensibilidade das premissas atuariais significativas, em relação ao efeito no valor presente da obrigação atuarial no caso de alteração de premissa, considerando variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$ mil			Impacto %		
		PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	(44.871)	(1.850)	(19.198)	(4,4%)	(6,8%)	(7,5%)
	redução de 0,5 p.p	48.558	1.957	22.257	4,7%	7,1%	8,6%
Expectativa de vida	aumento de 1 ano	21.205	(371)	11.442	2,1%	(1,4%)	4,4%
	redução de 1 ano	(20.967)	575	(11.249)	(2,0%)	2,1%	(4,4%)
HCCTR	aumento de 0,5 p.p	-	-	22.210	-	-	8,6%
	redução de 0,5 p.p	-	-	(19.336)	-	-	(7,5%)

20.6 Fluxos de caixa futuros

20.6.1 – Fluxo de caixa ocorrido no período e esperado para o próximo período

	PB I		PB II		PAS	
	Ocorrido em 2020	Esperado em 2021	Ocorrido em 2020	Esperado em 2021	Ocorrido em 2020	Esperado em 2021
	Contribuições do empregado	3.200	2.937	1.579	1.516	5.536
Contribuições do participante	841	51	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	63.524	68.342	804	969	5.536	11.010
Benefícios pagos diretamente pelo banco	-	-	-	-	-	-

20.6.2 – Perfil de vencimento da obrigação atuarial

Os montantes apresentados na tabela abaixo, em R\$ milhões, representam a expectativa de pagamento de benefícios pelos planos de benefícios de previdência e, no caso do PAS, dispêndio de caixa pelo Banco para cobertura das obrigações.

	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	PAS
2021 a 2025	314	6	60
2026 a 2030	291	9	71
Após 2030	748	93	483

21. PARTES RELACIONADAS

a) Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE

No segundo semestre de 2005, o BRDE adquiriu o imóvel onde se encontra instalada sua agência de Curitiba, no valor de R\$ 8.720, sendo R\$ 8.000 financiados para pagamento em 25 anos com encargos de INPC mais juros de 6% a.a. O financiamento foi quitado em 20/12/2019.

O BRDE aluga salas de propriedade da Fundação ISBRE para uso das suas atividades operacionais. As despesas com o referido aluguel estão registradas em outras despesas administrativas.

A Fundação reembolsa todas as despesas com remuneração e encargos que o BRDE tem com os funcionários cedidos que desempenham funções de diretoria no ISBRE.

O Banco paga à Fundação contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício e registra no resultado em despesas com pessoal.

A seguir apresentamos as receitas e despesas incorridas com o ISBRE:

	2º semestre		Exercício	
	2020	2019	2020	2019
Compra imóvel Curitiba	-	(367)	-	(948)
Locação de salas	(364)	(348)	(719)	(680)
Ressarcimento de salários	382	-	627	117
Contribuição patronal	(4.243)	(4.075)	(7.510)	(13.865)
Total	(4.225)	(4.790)	(7.602)	(15.376)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São partes relacionadas as pessoas físicas integrantes do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e da Diretoria, assim considerados como pessoal-chave da Administração, que receberam nos semestres findos os seguintes valores constituídos de remuneração, encargos e benefícios:

	2020	2019
Benefícios de curto prazo	5.662	5.680
Diretoria	5.114	5.052
Conselho de Administração	438	414
Comitê de Auditoria	110	214
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	128	300
Total	5.790	5.980

22. GERENCIAMENTO DE RISCO, GESTÃO DE CAPITAL E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O gerenciamento de riscos do BRDE é desenvolvido em conformidade com as provisões da Resolução 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições financeiras enquadradas no segmento S3 e como normativos internos, e é baseado em objetivos e políticas estabelecidos pelo Conselho de Administração conforme consolidado na Declaração de Apetite a Riscos do BRDE.

Para alcançar seus objetivos estratégicos, o BRDE assume riscos de diferentes tipos e naturezas inerentes à prática bancária, e para isso define os níveis aceitáveis de riscos que está disposto a incorrer e mantém controles para sua identificação, mensuração, mitigação, acompanhamento e reporte, além de gerencia-los por meio de processos específicos que enfatizam a integridade, a efetividade, a prudência e a responsabilidade pública. O BRDE dispõe de políticas, planos, normas e procedimentos que orientam o gerenciamento dos riscos, proporcionando uma base normativa uniforme e coerente que assegura uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações; com a complexidade de suas atividades, processos e sistemas; e com a dimensão de sua exposição ao risco. Tais processos estão inseridos na estrutura de gerenciamento de riscos, coordenada por área específica, apartada das unidades de negócio e de suporte, subordinada ao diretor responsável pelo gerenciamento de risco (CRO), e supervisionada por comitê interno específico vinculado ao Conselho de Administração e composto por membros externos à instituição. O Banco Central do Brasil estabelece que as instituições financeiras possuam um patrimônio de referência suficiente para fazer face aos riscos a que estão expostas, em função das atividades por elas desenvolvidas. Os ativos ponderados por risco (RWA, da sigla em inglês para *Risk Weighted Assets*) são a medida da necessidade de patrimônio mínimo das instituições financeiras para fazer frente aos riscos associados a suas atividades. No período ora reportado, o BRDE cumpriu os requisitos de capital previstos na legislação em vigor.

O BRDE não recebe depósitos e nem conta com fundos de natureza fiscal ou parafiscal. No fechamento do período ora reportado também não possui operações de captação de recursos no mercado. Desta forma, seu capital é composto exclusivamente pelo capital social e pelas reservas de capital acumuladas. O BRDE mantém ainda plano trienal de contingência de capital, identificando as ações a serem consideradas em possíveis cenários de crise de capital, com a definição da governança necessária para o reestabelecimento dos padrões adequados. Os procedimentos de gestão de capital incluem a análise mensal pela área gerenciamento de riscos e apreciação periódica pelos comitês de riscos, de gestão, e de auditoria, bem como pela Diretoria e Conselho de Administração. O constante monitoramento da adequabilidade de capital, através dos controles supracitados, visa antever a possibilidade de ocorrência de eventos de contingência, possibilitando ações corretivas e mitigadoras, de acordo com o Plano de Contingência de Capital.

23. CAPITAL REGULAMENTAR E EXIGÊNCIA DE CAPITAL

De acordo com os critérios estabelecidos nas Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193/13, e demais normas complementares, apresentamos os valores do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Basileia, na data de 31 de dezembro.

	2020	2019
Patrimônio de Referência	3.084.195	2.872.314
Total de ativos ponderados por risco (RWA)	16.559.952	15.761.171
Risco de Crédito - RWACPAD	15.346.353	14.489.617
Risco de Mercado - RWAMPAD	3.867	16.015
Risco Operacional - RWAOPAD	1.209.732	1.255.539
Índice de Basileia	18,62	18,22

24. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Em cumprimento ao art. 35 da Resolução BCB n.º 2/2 apresentamos 3 cenários para os testes de sensibilidade: um cenário pessimista e dois otimistas. Para definição destes cenários, consideramos o atual momento da economia, impactado pela pandemia causada pela COVID-19, a expectativa de recuperação ao longo de 2021 e o efeito que pode ocorrer nos principais itens de balanço:

- ➔ Qualidade da carteira de crédito: para o principal item do balanço do BRDE foram elaborados, pela área responsável, cenários de migração da provisão considerando o porte das empresas, suas áreas de atuação, possíveis recuperações e o seu efeito no resultado.
- ➔ Resultado da intermediação financeira: considerando a relação entre a disponibilidade de *funding* e a procura por crédito;
- ➔ Receita financeira: os cenários foram definidos mantendo o rendimento do CDI ou apresentando uma variação de 1 ponto percentual para cima ou para baixo;
- ➔ Provisão para contingências: possível aumento visto o momento de incertezas que a economia se encontra;
- ➔ Créditos tributários: impacto resultante da movimentação ocorrida nos itens e cenários acima descritos;

O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Item sensibilizado	Qualidade da carteira de crédito – variação da PCLD		
Premissa	Aumento de 5%	Redução de 5%	Redução de 10%
Efeito no resultado	(17.904)	17.904	35.808
Item sensibilizado	Resultado bruto da intermediação financeira		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 10%	Aumento de 15%
Efeito no resultado	(30.651)	61.302	91.953
Item sensibilizado	Resultado de receita financeira		
Premissa	CDI -1%a.a.	CDI	CDI +1%a.a.
Efeito no resultado	26.125	37.561	48.940
Item sensibilizado	Aumento da provisão para contingências		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 5%	Aumento de 10%
Efeito no resultado	5.181	(5.181)	(10.362)
Item sensibilizado	Impacto nos créditos tributários		
Premissa	Aumento de 5%	Redução de 5%	Redução de 10%
Efeito no resultado	7.170	(7.170)	(14.339)

DIRETORIA

Diretora-Presidente
LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

Vice-Presidente e Diretor de Operações
WILSON BLEY LIPSKI

Diretor de
Planejamento
LUIZ CORRÊA NORONHA

Diretor de Acompanhamento e
Recuperação de Créditos
VLADIMIR ARTHUR FEY

Diretor Financeiro
MARCELO HAENDCHEN DUTRA

Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

Conselheiros
WAGNER CARLOS AICHNER
JULIANA BALDESSAR WEBER BECKER
WAGNER MARCOS SALAI
PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA
VANESSA NEUMANN SULZBACH

FABIANO MEASSI
Contador Geral – CRCRS – 70.237/O-6



Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar –Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Controladores e aos Diretores do
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar dos assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2020, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 13.575.737 mil, para o qual foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 356.930 mil, sendo que durante o exercício foram reconhecidas receitas com operações de crédito e despesa com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nos montantes de R\$ 1.274.186 mil e R\$ 98.613 mil, respectivamente. A Administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento da Administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias.

Nossos testes do desenho e da operação dos controles forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria, os quais foram realizados sobre uma amostra de operações de crédito onde efetuamos (i) a análise da documentação que consubstancia a avaliação qualitativa do Banco na determinação do risco de crédito para os itens selecionados, (ii) o recálculo do saldo devedor em aberto e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos “ratings” atribuídos e (iii) a confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados. Adicionalmente, procedemos testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base nos “ratings” atribuídos, bem como a avaliação dos critérios prudenciais estabelecidos pela Administração do Banco para constituição de provisão de perda esperada adicional ao mínimo estabelecido pela Resolução 2.682/99 do CMN, incluindo as análises preparadas pela administração do Banco sobre os eventuais impactos gerados pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia em razão do Covid-19.



Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para apuração e registro contábil das operações de crédito e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, assim como as divulgações efetuadas na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos atuariais relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras, compreendem benefícios de previdência e programa de assistência à saúde, totalizando R\$ 263.348 mil, em 31 de dezembro de 2020. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Com o suporte de nossos especialistas atuariais procedemos, dentre outros procedimentos, a análise da metodologia e das principais premissas utilizadas pela Administração na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificamos a exatidão matemática do cálculo das reservas e analisamos a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco mantém registrado ativo fiscal diferido no valor de R\$ 321.862 mil, conforme apresentado em nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, constituído substancialmente sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de perdas com créditos temporariamente indedutíveis e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para contingências e para benefícios pós-emprego.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria devido a relevância do montante registrado e razoável grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco e do estudo de realização desses ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, envolvemos nossos especialistas tributários para validação das bases de cálculo tributáveis e da movimentação do crédito em concordância com a legislação vigente. Ainda analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela Administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como a consistência com as avaliações anteriores, a razoabilidade das premissas utilizadas e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os saldos registrados e os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela Administração do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 25 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA Período findo em 31.12.2020

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, com suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2016 nos termos da Resolução do CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004. As informações constantes deste relatório são as requeridas pelas normas supracitadas que estabelecem que o Comitê de Auditoria deve elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, documento denominado relatório do comitê de auditoria. Durante o 2º semestre de 2020 ocorreram três reuniões, com periodicidade bimestral, onde foram exercidas as atribuições regulamentares, dentre essas a análise das demonstrações contábeis da data-base de 31.12.2020, a elaboração e aprovação do Relatório do Comitê de Auditoria relativo às atividades desenvolvidas no período, e o resumo abaixo:

I - AUDITORIA INTERNA

O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos e do cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Bem como, acompanhou a evolução do atendimento, pelas áreas gestoras, das recomendações emitidas pela AUDIN e pela auditoria independente, objetivando a mitigação dos riscos identificados.

II - SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, atestando a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento dos dispositivos legais e recomendou a revisão e atualização da matriz de riscos do BRDE.

III - AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade e o detalhamento das informações fornecidas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do BRDE e demais relatórios obrigatórios e/ou contratuais, não tendo sido constatadas situações que possam prejudicar a independência dos auditores. Adicionalmente, o Comitê verificou que os aditivos do contrato firmado entre o BRDE e a Ernst & Young estão em consonância com a legislação vigente.

IV - SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA

Em atendimento às atribuições de revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente, o Comitê de Auditoria apreciou os seguintes documentos: as Demonstrações Financeiras do BRDE; as Demonstrações Financeiras Consolidadas - Conglomerado Prudencial; Demonstrações Financeiras de acordo com as IFRS; Estudo Técnico de Créditos Tributários Diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social; conteúdo do Relatório de Administração e Socioambiental; e Relatórios dos Auditores Independentes, referentes à data-base de 31 de dezembro de 2020. Com base nas atividades desenvolvidas, não identificamos descumprimento das normas, atos ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das informações publicadas, assim como não foram observadas situações nas quais existam divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria. Desta forma, concluímos que as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares. Deste modo, recomendamos a sua aprovação e encaminhamento ao Conselho de Administração.

Porto Alegre, 23 de março de 2021.

ALEX MUSSOI RIBEIRO
Coordenador do Comitê de Auditoria
Representante do Estado de SC

LAUREN DE VARGAS MOMBACK
Integrante do Comitê de Auditoria
Representante do Estado do RS